



**Involving actors in the
fight against corruption**

BRAZIL AND THE CGU

BRAZIL – AN OVERVIEW



Federation:
Union; 26 States; the Federal
District

5,564 Municipalities

Population of Brazil =~ 190 million

Area: 8,514,877 km²

1.5 Million people working for the
Federal Government



OFFICE OF THE COMPTROLLER GENERAL - CGU

CGU is the internal audit unit and the anti-corruption agency of the Brazilian Federal Government:

- Prevention initiatives
- Transparency policies
- Ombudsman
- Audit actions (internal control)
- Disciplinary actions

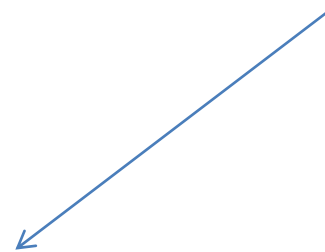
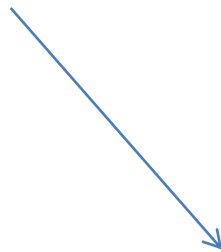


OFFICE OF THE COMPTROLLER GENERAL - CGU

Prevent

Detect

Discourage



CORRUPTION



INVOLVING THE ACTORS

Who is involved in corruption and the fight against corruption:

- Government(s)
- Civil servants / government employees
- Companies / organizations
- People



INVOLVING THE ACTORS

How do we do it:

- Increasing transparency and fostering public oversight
- Promoting education for ethics and citizenship
- Establishing public-private cooperation
- Improving legal framework
- Financing studies and research on corruption
- Involving and supporting other public managers and agencies
- Participating in efforts of those actors



CHALLENGES

- Disseminate the idea that transparency **is worth its inevitable political price.**
- Ensure sound cooperation and proper **relationships with other institutions and the media**
- Strike the proper **balance between preventive and repressive** measures
- Stimulate **social participation and public oversight**
- Promote the **engagement of the private sector**
- Overcome **deep-seated legal interpretations of the law** that hinder anti-corruption actions, such as bank secrecy, etc.
- **Reduce impunity** and improve the judiciary system



INITIATIVES

Involving citizens

TRANSPARENCY PORTAL

What it is

A website that provides information about:

- Public spending
- Revenue
- Agreements
- Civil servants

- Offers an array of filters
- Easy to find; easy to understand
- Also available in open data

Model adopted in all level of governments, the judiciary and legislative

How it helps

Provides transparency on public spending and revenues

- Empowers people
- Encourages better management
- Improves public trust

300 000 visits per month (over 3 million pageviews per month)



CONSULTAS

Despesas

Receitas

Convênios

Empresas Sancionadas

Entidades Impedidas

Servidores

GRÁFICOS E DOWNLOADS

Download de Consultas

Portal em Gráficos

INFORMAÇÕES

Sobre o Portal

Dados do Portal

Aprenda Mais

Notícias

Controle Social

Licitações e Contratos



Cadastre-se
Receba informações sobre liberações de convênios



**Rede de
Transparência**



**Páginas de
Transparência Pública**



**Olho Vivo
no Dinheiro Público**



Lei Complementar 131
Perguntas Frequentes

CEPIM

Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

DESPESAS

RECEITAS

CONVÊNIOS

CEIS

CEPIM

SERVIDORES

Despesas - Empenho, liquidação e pagamento

Atualização diária (a partir de maio de 2010)

Use a pesquisa para encontrar dados detalhados sobre a execução orçamentária e financeira do governo federal, com possibilidade de pesquisar informações por dia e pela fase de despesa (empenho, liquidação ou pagamento). A atualização dos dados é diária.

consultar

Despesas - Pagamento

Atualização mensal

Use a pesquisa para acompanhar os recursos públicos transferidos pela União ao exterior, a estados e municípios brasileiros, ao Distrito Federal, a instituições privadas e aos cidadãos, bem como para conferir os gastos diretos do Poder Executivo Federal. A atualização dos dados é mensal.

Transferências de Recursos

Exercício (Selecione) ▼

- por Estado/Município
- por Programa
- por Ação
- por Favorecido

(Selecione) ▼

consultar

Gastos Diretos do Governo

Exercício (Selecione) ▼

- por Tipo de Despesa
- por Órgão Executor
- por Programa
- por Ação
- por Favorecido

(Selecione) ▼

consultar

Consultas Temáticas

Use a pesquisa para consultar transferências de recursos ou gastos diretos do governo em situações específicas.

- Bolsa Família
- Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
- Garantia Safra
- Diárias Pagas
- Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF (Selecione) ▼
- Pescador Artesanal **NOVO**
- Cartão de Pagamento da Defesa Civil **NOVO**

Exercício (Selecione) ▼

consultar

Conheça a previsão de investimentos e a fonte dos recursos que serão aplicados na Copa 2014 e nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016

COPA 2014

RIO 2016

Transparência nos Estados e Municípios

Valores dos recursos federais repassados para estados, municípios e DF



ENQUETE

O que você faz quando encontra um dado "suspeito" no Portal da Transparência?

NOTÍCIAS
20/12 - Representante da CGU esclarece pontos da Lei de Acesso a Informações em seminário promovido pelo Ministério da Agricultura

19/12 - Governo Federal realiza 1ª Reunião do Comitê Interministerial Governo Aberto

16/12 - CGU apresenta Lei de Acesso à Informação para diretoria da ANJ

16/12 - Representantes das cidades-sede da Copa participam da 4ª Reunião Temática da Transparência

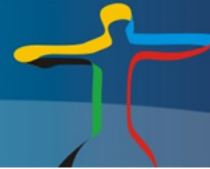
15/12 - Hage participa, nos EUA, de debate sobre transparência e integridade na América Latina e no Caribe

Mais notícias



Jogos RIO 2016

transparência em 1.º lugar



QUADRO RESUMO

INFRAESTRUTURA

Acomodações

Tecnologia

Instalações Esportivas

Meio Ambiente

Transporte

Urbanismo

REALIZAÇÃO

Segurança

FORMAÇÃO DE ATLETAS

CONSULTORIAS

[Sobre o site](#) | [Legislação](#) | [Links úteis](#) | [Glossário](#)



A CGU

O site Jogos Rio 2016 é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União para o controle social dos recursos públicos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro.

Paraolimpíadas

Visite o portal do Comitê Paraolímpico Brasileiro e conheça o movimento paraolímpico do Brasil: www.cpb.org.br

Destaques

- Confira informações sobre valores, fretos e pagamentos relativos aos Jogos Rio 2016.

- Governos criam, em Brasília, a Auto

Orientações

DENÚNCIAS



COPA 2014

transparência em 1.º lugar

[Sobre o site](#) | [Legislação](#) | [Links úteis](#) | [Glossário](#)

INVESTIMENTOS POR TEMAS

Aeroportos

Estádio/Arena

Hoteleria

Mobilidade Urbana

Outros

Portos

Segurança Pública

Telecomunicações

INVESTIMENTOS POR CIDADES

Belo Horizonte

Brasília

Cuiabá

Curitiba

Fortaleza

Manaus

Natal

Porto Alegre

Recife

Rio de Janeiro

Salvador

São Paulo

OUTROS INVESTIMENTOS

DOWNLOAD BASE DE DADOS

DENÚNCIAS

A CGU na Copa

O site **Copa 2014 - Transparência em 1.º lugar** é uma iniciativa do Poder Executivo Federal, por meio da Controladoria-Geral da União, que tem o objetivo de facilitar o controle social dos recursos públicos que serão investidos para os jogos da Copa do Mundo de Futebol em 2014.

Responsabilidades

A Matriz de Responsabilidades é o documento que apresenta os valores a serem investidos na Copa do Mundo de Futebol em 2014. Ela define o papel dos governos federal, estaduais e municipais, bem como de agentes privados, na liberação de recursos e na execução das ações.

Investimentos não vinculados às cidades-sede

Veja informações sobre contratantes de convênios e pagamentos:

- Cultura
- Desenvolvimento Turístico
- Esporte
- Promoção Comercial e Tecnológica



Estádio Mané Garrincha - Brasília

Segundo o Governo do Distrito Federal, o projeto de reforma do Estádio Mané Garrincha prevê uma cobertura em estrutura metálica, reforma das arquibancadas, eliminação da pista de atletismo, rebaixamento do gramado em quatro metros e estacionamentos no subsolo. Com a obra, a previsão é de que a capacidade da arena seja expandida de 45 mil para 71 mil espectadores.

O estádio, localizado na área central de Brasília, fica a 15,7 quilômetros do Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek.

Saiba mais

PORTAL DA COPA

Conteúdos e notícias não relacionados diretamente com o monitoramento da execução orçamentária dos empreendimentos previstos para a realização da Copa 2014 podem ser obtidas no site Portal da Copa, mantido pelo Ministério do Esporte. Navegue e confira: www.copa2014.gov.br

Destaques

- 7ª Reunião da Câmara Temática da Transparência
- 6ª Reunião da Câmara Temática da Transparência
- 5ª Reunião da Câmara Temática da Transparência

Mais destaques

“EAGLE-EYE ON THE PUBLIC MONEY”

What it is

A program that provides training and education - for citizens, public officials, teachers, local counselors and others – on how to control public spending.

- courses
- handbooks
- e-learning

How it helps

Increase social capability to provide oversight on public spending, improving their confidence and the country’s capability to oversee public funds transferred to local governments.

Over the last 8 years CGU has trained around 58000 people and distributed more than 2.4 million copies of the program’s handbook.

FREEDOM OF INFORMATION LAW AND e-SIC

What it is

The Brazilian Access to Information Laws allows citizens to obtain any kind of information from government agencies (except for those that were classified by criteria defined by law). That access is made directly in the agencies or through the Internet, using a system called e-SIC

The implementation of the Law within the Federal government was led by CGU, which trained and provided support for agencies, informed citizens and developed a digital platform for requests.

How it helps

The implementation allows citizens to have information on any subject and understand Government's decisions.

The digital platform (e-SIC) allowed implementation with lower costs, easy access for citizens and better management of requests, appeals and reports.

Over 10 000 requests in the first month (Ministry of Justice: 607)



e-SIC

Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Você está no modo de tela inteira. [Sair do modo tela cheia \(F11\)](#)



[Acesso à Informação](#) | [Manual do Usuário](#) | [Primeiro Acesso](#)

Bem-vindo

O e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Por meio do sistema, além de fazer o pedido, será possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.



Manual
do Usuário

Antes de solicitar uma informação, leia o Manual do Usuário e conheça os procedimentos que devem ser adotados para fazer sua solicitação.

[+ Leia mais](#)

Comunicados

Foi publicado no diário oficial de hoje, 16 de maio de 2012, o Decreto Nº7.724, que regulamenta a Lei de Acesso à Informações Públicas – Lei 12.527/2011. O Decreto detalha os procedimentos e garantias ao direito de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal.

[Clique aqui para ver o Decreto](#)



Primeiro
acesso

Conheça o passo a passo para fazer o seu primeiro pedido de informação a órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. São apenas cinco passos.

[Confira](#)

Acesse o sistema

Preencha o Nome do Usuário e senha para acessar o Sistema de Informações.

Nome do Usuário

Senha

[Cadastre-se](#)
[Esqueci a senha](#)
[Esqueci o nome do usuário](#)

ENTRAR

[Acesso à Informação](#)

- [Lei de Acesso à Informação \(nº 12.527\)](#)
- [Perguntas e Respostas sobre a Lei](#)
- [Acesso: Quais as Exceções?](#)
- [Cartilha "Acesso à Informação Pública"](#)
- [Acesso à Informação no Brasil](#)

[+ Leia mais](#)

TRANSPARENCY COUNCIL

What it is

A Council formed equally by members of government and society. It suggests ways to improve social control, transparency, better management and measures to prevent and fight corruption.

Forum for discussion of policies and bills of law.

How it helps

It brings together civil society and government towards the same common goal, sharing ideas to achieve the goals.

CONSOCIAL - NATIONAL CONFERENCE

What it is

A Conference that invited the Brazilian society to discuss ideas and solutions on how to improve transparency and social participation.

How it helps

Gets people involved, brings “outside of the box” ideas, shares responsibilities.

**Involving public managers
and civil servants**

PUBLIC SPENDING OBSERVATORY

What it is

Data matching and tracking system that combines technical expertise, scientific method and technology.

A track is defined and processed with government databases.

Outliers or “strange” behaviors are noticed and pointed by machine.

- Produces useful information to public managers (dashboard)
- Detect suspicious and irregular behaviors

How it helps

- Offer tools for managers to detect outliers in their spending and possible focus of irregular activities;

- Allows the detection of hoaxes, misuses of public money or other potential problems.

PUBLIC SPENDING OBSERVATORY

Example of tracks

- Business connection between bidders
- Relationship between bidders and public servants
- Fractioning for purposes of bid waiver
- Over average spending on a particular purchase
- Fractioning to avoid more complex bidding modalities
- More than one "exclusive" supplier
- Bidders with the same address
- Newly formed companies participating in the bid



COOPERATION WITH PUBLIC AGENCIES

What it is

Multiple operations that CGU develops in cooperation with many agencies, such as:

- Federal Police
- Prosecutor's Office
- Attorney General Office

How it helps

These operations help the process of finding and acting upon corruption cases run much more efficiently, and enhances public confidence

- More than 2400 proceedings were started by the Prosecutor's office based on CGU inspections;
- 440 lawsuits of the Attorney General Office were based on reports
- In 2011 alone, CGU worked with the Federal Police in more than 500 investigations.



WORLD CUP'S TRANSPARENCY CHAMBER

What it is

A work group that unites local governments, civil society and the Federal government to discuss priorities and solutions to bring transparency to World Cup 2014 related actions.

How it helps

Creates standards on what should be publicized and how.

Technical aid among participants.



ADMINISTRATIVE SANCTIONS POLICY

What it is

CGU has trained and provided guidelines to government agencies so they can run agile process for expulsion of civil servants from government agents through administrative process.

How it helps

Administrative penalties for misconducts in the public service run much faster than the standard judiciary process.

Expelling civil servants helps both by stopping ongoing schemes and by improving public confidence that there is punishment for misconduct.

More than 3 500 expulsion penalties were enforced since 2003.

TRAINING

Areas of training

- Social Control
- Access to information
- Ethics and integrity
- Management of public resources
- Citizenship
- ...



Involving the private sector

NATIONAL DEBARMENT LISTS: CEIS & CEPIM

What it is

A list of organizations – companies and non-profit private entities – that were punished by the government.

- Mandatory reference for all federal government bodies: may not do business with sanctioned organizations
- Reference for all governmental bodies

Public access via Internet

How it helps

Blocks new business between government agencies and those organizations

Allows all government agencies to track organizations who were involved in corruption

Allows the private sector and citizens to know those organizations

Presidência da República
Controladoria-Geral da União - CGU

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
do Governo Federal

Você está em: Início » CEIS » Empresas sancionadas

EMPRESAS SANCIONADAS - TODAS

Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

Dados da empresa sancionada		Dados da sanção		Orgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social/Nome Fantasia	Tipo	Data Inicial	Data Final	Nome do Órgão/Entidade	UF	Data
08.604.359/0001-80	11 Anka Construções e Projetos Ltda	Suspensa	19/07/2010	18/07/2012	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO	RJ	19/07/2010
05.961.339/0001-78	2 Irmãos Comércio E Representações Ltda	Suspensa	30/03/2010	29/03/2015	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	RO	31/03/2010
05.961.339/0001-78	2 Irmãos Comércio E Representações Ltda	Suspensa	13/06/2011	12/06/2013	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	AC	13/06/2011
10.330.112/0001-64	2C Informatica Ltda	Suspensa	23/06/2010	22/06/2012	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	MG	23/06/2010

2,341
barred
companies

Presidência da República
Controladoria-Geral da União - CGU

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
do Governo Federal

Você está em: Início » CEPIM » Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas

ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS IMPEDIDAS

Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

Dados da Entidade Privada sem Fins Lucrativos		Dados do convênio		Motivo
CNPJ	Nome/Razão Social/Nome Fantasia	Número	Órgão Concedente	
02.116.042/0001-18	AGENCIA DE DESENV.SUSTENTAVEL DO BRASIL CENTRAL - ADEBRAC	493224	MINISTERIO DO ESPORTE	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
05.542.138/0001-36	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL BRASILEIRA - ADESOBRA	640414	MINISTERIO DA JUSTICA	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
05.542.138/0001-36	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL BRASILEIRA - ADESOBRA	702032	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
07.093.505/0001-97	AGENCIA DE TECNOLOGIA, PESQUISA E ENSINO DO NORDESTE	702046	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
07.093.505/0001-97	AGENCIA DE TECNOLOGIA, PESQUISA E ENSINO DO NORDESTE	722974	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
07.093.505/0001-97	AGENCIA DE TECNOLOGIA, PESQUISA E ENSINO DO NORDESTE	723773	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
07.093.505/0001-97	AGENCIA DE TECNOLOGIA, PESQUISA E ENSINO DO NORDESTE	729783	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
25.042.912/0001-57	ALTERNATIVAS PARA A PEQUENA AGRICULTURA NO TOCANTINS	578896	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
91.572.941/0001-55	ANP - AGENCIA NORTE-SUL DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL	701144	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
12.102.570/0001-71	ASSOC DE MORADORES DO CONJ CIDADE OPERARIA	722903	MINISTERIO DA JUSTICA	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011

Página 1/19
« Primeira | « Anterior | Próxima » | Última » | Página: nº página Ir

Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

ATENÇÃO
Os registros constantes do CEPIM são baseados em informações fornecidas à CGU pelos órgãos e entidades da administração pública federal concedentes de recursos transferidos voluntariamente. Assim, eventuais esclarecimentos ou solicitações para a correção das informações do cadastro deverão ser requeridas junto à tais órgãos e entidades.

2,128
temporary
suspended
companies

183
non-profit
organizations
barred

CGU-ETHOS INSTITUTE PARTNERSHIP

What it is

Reinforces dialogue between the public and private sector;

- Stimulating and putting into force initiatives to strengthen good practices of corporative governance.
- Promoting ethics and integrity in the relationship of public and private sectors.
- Creates forum for discussion.
- Fair Play project

Handbooks, e-courses, workshops

How it helps

The partnership with a respected organization with voice within the private sector helps CGU get its message through with the right language and for the right people.

Improves awareness on integrity measures importance and how to make them efficient.

Improves awareness on damages caused by corruption in the private sector.

PRO-ETHICS COMPANY REGISTRY

What it is

A registry that identifies companies with high-standards of integrity by assessing different thematic areas:

- Ethics and conduct measures
- Internal control
- Relationship with the public sector
- Capacity building and training
- Transparency
- Collective Actions

Committee formed by government and the private sector

How it helps

Gives visibility to companies engaged in the establishment of a culture of ethics, integrity and confidence in business relations, including those involving the public sector.

Gives companies insight on what they can do to improve their integrity.

Improves confidence on both consumers and employees.



Parceria:
CGU & Instituto Ethos

Cadastro Empresa
Pró-Ética

Parceira CGU
& Ethos

Conversa com
Empresas

Integridade no
Setor Privado

Documentos e
Publicações

Convenções
Internacionais

O Cadastro Empresa Pró-Ética

O Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade

- Cadastro Empresa Pró-Ética, é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União e do Instituto Ethos que avalia e divulga as empresas voluntariamente engajadas na construção de um ambiente de integridade e confiança nas relações comerciais, inclusive naquelas que envolvem o setor público.

O Cadastro dará visibilidade às empresas que compartilham a idéia de que a corrupção é um problema que deve ser prevenido e combatido não só pelo governo, mas também pelo setor privado e pela sociedade. Ao se cadastrar, a organização assume o compromisso público e voluntário, perante o governo e a sociedade, de que adota medidas para prevenir e combater a corrupção dentro de sua instituição, em favor da ética nos negócios. [Saiba mais](#)

Confira aqui a lista de
empresas cadastradas



COMO ADERIR AO CADASTRO EMPRESA PRÓ-ÉTICA

1º Preencha e faça o envio online do [Formulário Eletrônico de Solicitação de Adesão](#)

Conheça o
Regulamento

2º Após recebimento de login e senha, entre no site do Cadastro e clique em [Acessar Plataforma](#)

3º Na plataforma, responda o [Questionário Avaliativo](#)

4º Após o preenchimento total, submeta seu questionário

5º Aguarde aprovação do [Comitê Gestor](#)

6º Assine o [Termo de Compromisso com a Ética e a Integridade](#) e passe a ser integrante do Cadastro Empresa Pró-Ética

**Involving the international
community**

BE PART OF INTERNATIONAL EFFORTS UNCAC, OAS

What it is

International efforts gives us standards and starting points to achieve anti-corruption goals as well as ideas to improve our anti-corruption initiatives

How it helps

Helps develop local and international confidence.

Helps with learning process and developing new initiatives.

Helps push efforts for legal improvement.

Creates benchmarks for efficient action.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP - OGP

What it is

The Open Government Partnership is a initiative that aims to make governments more efficient, more transparent and more accountable.

It is a multilateral initiative from countries that welcomes civil society discussions to pursue individual action plans to improve each country's government.

How it helps

Helps develop a plan of action for each country based on its needs rather than universal standards.

Provides expertise interchange through a Networking Mechanism.

Raises society trust by getting them involved.





Thank you!

otavio.neves@cgu.gov.br

OFFICE OF THE COMPTROLLER GENERAL

www.cgu.gov.br/english